Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Raposo, Ruben José de Almeida Martins, 1952-

A floresta é uma oportunidade estratégica para desenvolver o interior de Portugal

http://hdl.handle.net/11067/6214
https://doi.org/10.34628/0bt1-6v97

Metadados

Data de Publicação 2021

Resumo O Interior de Portugal Continental abrange a maioria do território de Portugal Continental ao incluir 165 municípios e 73 freguesias de outros municípios (Portugal Continental é constituído por 278 municípios). O Interior detém 80% do território e corresponde a 20% da economia, do PIB, da população e das empresas. O Interior é envelhecido e despovoado. As alterações climáticas são uma ameaça séria para Portugal. A agricultura é uma oportunidade estratégica para resolver a ameaça das alterações c...

The Interior of Portugal covers most of the territory of Continental Portugal by including 165 municipalities and 73 parishes from other municipalities (Continental Portugal is made up of 278 municipalities). The Interior holds 80% of the territory and corresponds to 20% of the GDP, population and companies economy. The interior is old and unpopulated. Climate change is a serious threat to Portugal. Agriculture is a strategic opportunity to solve the threat of climate change, pushing for the dev...

Palavras Chave Florestas - Portugal, Desenvolvimento rural - Portugal

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FCEE] LEE, n. 31 (2021)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-27T18:42:00Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

A FLORESTA É UMA OPORTUNIDADE ESTRATÉGICA PARA DESENVOLVER O INTERIOR DE PORTUGAL

THE FLOREST IS A STRATEGIC OPPORTUNITY TO DEVELOP THE HINTERLAND OF PORTUGAL

Ruben Raposo
Professor da Universidade Lusíada de Lisboa
Orcid: 0000-0002-3729-7800
rubenraposo@yahoo.com

DOI: https://doi.org/10.34628/0bt1-6v97
Data de submissão / Submission date: 01.01.2022
Data de aprovação / Acceptance date: 17.03.2022

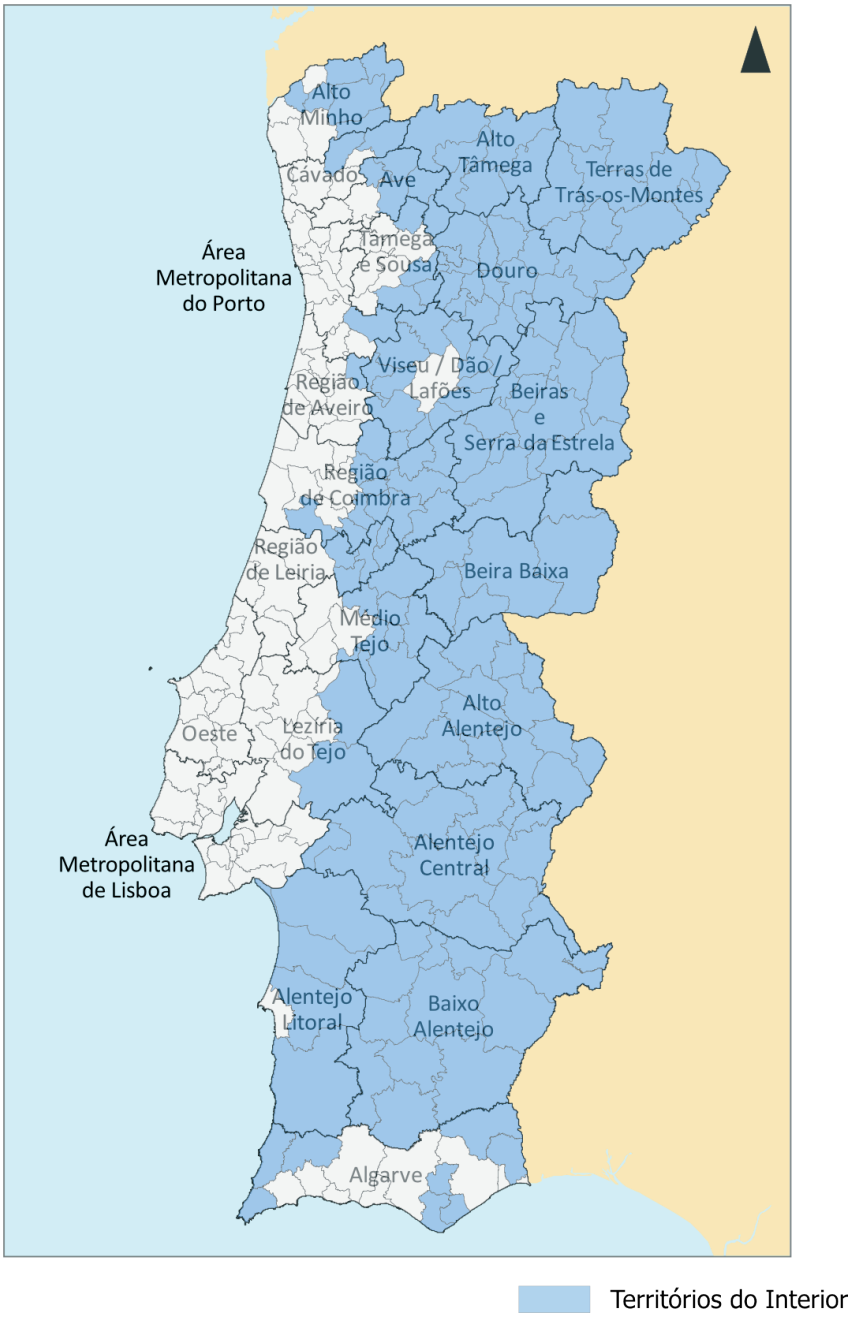
Resumo: O Interior de Portugal Continental abrange a maioria do território de Portugal Continental ao incluir 165 municípios e 73 freguesias de outros municípios (Portugal Continental é constituído por 278 municípios). O Interior detém 80% do território e corresponde a 20% da economia, do PIB, da população e das empresas. O Interior é envelhecido e despovoado. As alterações climáticas são uma ameaça séria para Portugal. A agricultura é uma oportunidade estratégica para resolver a ameaça das alterações climáticas, puxando pelo desenvolvimento do Interior de Portugal.

Palavras-chave: Interior; Floresta; Alterações climáticas; Oportunidade estratégica.

Abstract: The Interior of Portugal covers most of the territory of Continental Portugal by including 165 municipalities and 73 parishes from other municipalities (Continental Portugal is made up of 278 municipalities). The Interior holds 80% of the territory and corresponds to 20% of the GDP, population and companies economy. The interior is old and unpopulated. Climate change is a serious threat to Portugal. Agriculture is a strategic opportunity to solve the threat of climate change, pushing for the development of the Interior of Portugal.

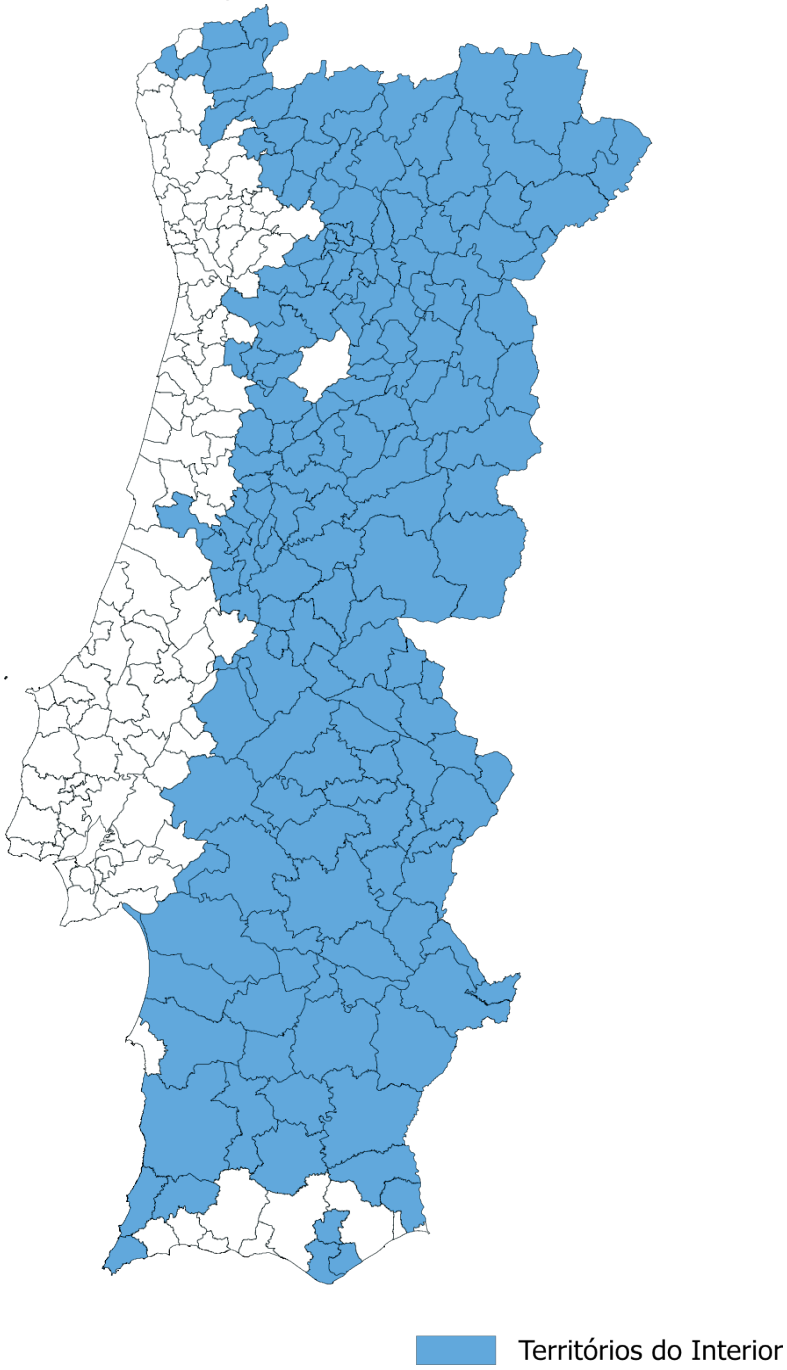
Keywords: Hinterland; Florest; Climate change; Strategic opportunity.

Figura 1: Territórios do Interior e NUTSIII.



Fonte: *Elaboração do autor tendo por base dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).*

Figura 1A: Territórios do Interior



Fonte: Cadernos de Economia Outubro/Dezembro 2018, pág. 11.

1. O ponto de partida

• O Interior de Portugal Continental está delimitado pela portaria 208/2017.

Este Interior é um conceito sócio-económico e não geográfico (ver FIGURA 1 e FIGURA 1A).

Com efeito, o mapa do Interior abrange a esmagadora maioria do território de Portugal Continental, ao incluir 165 municípios e mais 73 freguesias de outros 21 municípios (são 278, os municípios no Continente).

O não Interior é uma faixa estreita de Caminha a Setúbal. Inclui parte do concelho de Viseu (uma ilha em pleno Interior!).

Interrompe no Alentejo, onde perde todo o território litoral, com excepção de Sines.

Reaparece no Algarve.

Tudo o mais é Interior! Em números redondos, o Interior cobre 80% do território e detém 20% da economia, do PIB, da população e das empresas.

O não Interior detém 20% do território e 80% da economia.

Entre 1960 e 2011, a população portuguesa residente aumentou aproximadamente 20%. A população passou de 8,3 milhões para 10 milhões de habitantes.

No conjunto dos territórios do Interior, a tendência foi inversa. No mesmo período registou-se uma perda na ordem de 30% de população.

• A coesão territorial é um factor crítico para a qualificação e a competitividade do território nacional.

As assimetrias territoriais transportam situações injustas para as pessoas que residem no Interior.

Mas também os residentes do não-Interior suportam custos. Os custos de congestionamento!

A interioridade a todos afecta, quer os que vivem no litoral, quer os que habitam no Interior.

Por outras palavras, a competitividade das regiões e da economia nacional acaba penalizada.

No tempo que vivemos, a coesão territorial e o desenvolvimento do interior são causas nacionais que mobilizam a sociedade civil, os partidos políticos, o governo e a oposição!

A este propósito, refiram-se de forma sumária as várias iniciativas legislativas que foram surgindo nos últimos anos.

• Primeiro, foi o programa de combate à desertificação e recuperação do desenvolvimento nas áreas do Interior (1999, Governo PS / António Guterres),

que visava combater a desertificação humana e incentivar a recuperação acelerada das zonas do Interior[1].

• Depois, veio o Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos (2003, Governo PSD / Durão Barroso) que se apresentava no âmbito de "uma abordagem sistemática e coerente da questão de desenvolvimento económico e social equilibrado, visando estabelecer soluções duradouras e sustentadas para as regiões debilitadas"[2].

• Seguiu-se a proposta do mapa "Portugal menos favorecido" (2004, Governo PSD / Durão Barroso) que visava a discriminação positiva de base regional do território abrangido em medidas de carácter fiscal e de incentivo financeiro[3].

Depois de 10 anos de implementação do Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNTPOT/2007)[4], foi publicado novo pacote de incentivos fiscais (2009, Governo PS / José Sócrates) dirigido à recuperação acelerada das regiões que sofram de problemas de interioridade[5].

• Chegados aqui, nova orientação foi produzida, a iniciativa "Objectivo Território 2020" (2012, Governo PSD-CDS / Passos Coelho) que tinha em vista "a dinamização de um novo paradigma de desenvolvimento regional assente no reforço da coesão económica, social e territorial".

• Seguiu-se-lhe o Programa Valorizar (2013, Governo PSD-CDS / Passos Coelho) orientado para "promover um desenvolvimento regional que favoreça o crescimento económico sustentado, a competitividade e o emprego e o investimento empresarial numa lógica de coesão territorial[6].

• Foi também publicado o mapa dos territórios de baixa densidade (2015, Governo PSD-CDS/ Passos Coelho), novamente para aplicação de medidas de discriminação positiva no âmbito do Portugal 2020.

• Na sequência das eleições de 2015, foi formado o primeiro Governo PS/ António Costa com o apoio parlamentar do BE e do PCP. Como corolário, lançaram-se 164 medidas de choque do Programa Nacional de Coesão Territorial (2016, Governo PS / António Costa) que visava a construção de um novo mapa de Portugal, transformando o território do Interior num território mais coeso, mais competitivo, mais sustentável, mais conectado (2018)[7].

• No rescaldo da anterior iniciativa vai surgir o Movimento pelo Interior. Este movimento era apartidário e abrangente. Foi uma iniciativa colectiva de ex-ministros do PS e do PSD, de Presidentes de Câmara e Vereadores. Traduziu a vontade de contribuir para a definição de políticas públicas inovadoras, radicais, que consigam alterar o Interior num prazo de três legislaturas.

1 Lei 171/1999, regulamentada pelo DL 310/2001;
2 Resolução do Conselho de Ministros 42/2003.
3 Resolução do Conselho de Ministros 11/2004;
4 Lei 58/2007, estando em exercício o primeiro Governo PS / Sócrates;
5 Portaria 1117/2009.
6 Resolução do Conselho de Ministros 7/2013;
7 Resolução do Conselho de Ministros 7/2016.

As propostas estavam concentradas em três áreas: Política Fiscal, Ensino Superior e Ocupação do Território pelo Estado. No conjunto, eram 24 medidas concretas quantificadas e com o impacto devidamente avaliado.

Medidas como sediar no Interior do País todos os serviços públicos que viessem a ser criados.

Na área fiscal, tornar o Regime contratual de Investimento, destinado a grandes investimentos, iguais ou superiores a 25 milhões de euros – exclusivo do Interior.

Na área do Ensino Superior (Universidades e Institutos Politécnicos), elevar dos actuais 11% para 25%, o número de estudantes do Ensino Superior no Interior, num horizonte temporal de três legislaturas (12 anos).

Algumas das 24 medidas propostas já foram incorporadas nas políticas públicas definidas pelo Governo.

- Com o segundo Governo PS / António Costa é criado o Ministério da Coesão Territorial (2019). O Ministério vai avançar com iniciativas legislativas para minorar dois problemas estruturais. O primeiro problema estrutural que o Interior enfrenta é o da perda de população. O segundo problema, também estrutural, é o envelhecimento da sua população.

Para o concretizar, o Ministério vai propor uma abordagem dual: atrair novos residentes, mas também fixar os residentes.

Por outras palavras, viver no Interior deve ser uma escolha e não uma inevitabilidade!

Nos últimos dois anos (2019-21) foram criados 24 mil postos de trabalho que correspondem a 3,8 mil milhões de euros de apoios de Fundos Europeus.

Aos 20 mil postos de trabalho criados com as medidas de apoio ao investimento empresarial, devem somar-se 4 mil postos de trabalho que resultaram do apoio à criação de emprego, nomeadamente através de vários programas de Apoio à Produção Nacional, do CO350 (Emprego Interior, Conhecimento, Competitividade, Digital), do programa Interior Mais (que atribui um apoio financeiro aos trabalhadores que celebrem contratos de trabalho por conta de outrem ou criem o seu próprio emprego ou empresa em território do Interior, que apoia os emigrantes que queiram regressar ao País).

Uma outra aposta tem sido criar incentivos à mobilidade com programas como "Trabalhar no Interior", "Emprego Interior Mais", "Regressar".

Nestes dois anos têm estado a concurso incentivos à inovação, ao empreendedorismo, à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, à qualificação e à internacionalização, ao emprego qualificado, à requalificação e à formação em cursos superiores profissionais e ao pequeno investimento empresarial.

O objectivo tem sido valorizar o Interior através da modernização de diversos sectores (agro-alimentar, saúde, turismo, automóvel) com base nas tecnologias digitais emergentes, desde a inteligência artificial, às bases de dados de grande dimensão, aos sistemas robóticos ou aos sensores para recolha de dados.

Quer-se obter a cooperação entre as empresas e os Politécnicos e demais entidades do sistema científico e tecnologia nacional.

Daí, os incentivos à contratação de recursos humanos qualificados terem permitido criar 900 postos de trabalho qualificado (licenciados, mestres e doutorados) nos territórios do Interior.

Há laboratórios colaborativos em vários pontos do País: Bragança, Vila Real, Oliveira do Hospital, Elvas, Idanha-a-Nova, Fundão, Vale do Côa e Chaves (todas estas estruturas contrataram pessoal qualificado).

Existem 22 unidades de investigação no Interior (em cidades como Bragança, Covilhã, Évora, Oliveira do Hospital, Vila Real e Portalegre), que criam emprego científico e interagem com o tecido produtivo (o que acontece pela primeira vez em 30 anos, depois de uma existência exclusiva nas cidades de Porto e Lisboa).

Por fim, centros de interface como o INESC TEC e o CEIIA expandiram-se para Vila Real e Évora.

São estes vários Centros de Desenvolvimento que explicam estas contratações de pessoal qualificado (de pessoas que vieram do estrangeiro e doutros pontos do País e que agora estão a trabalhar nos territórios do Interior).

2. A abordagem regional clássica

2.1. Um país desigualmente desenvolvido

• Efectuemos uma análise com base no PIB per capita, com paridade de poder de compra.

Este indicador suscita muitas críticas legítimas. Uma delas é, se o indicador é mais rigoroso a preços correntes, a preços constantes ou na paridade do poder de compra.

Optámos pelo último, uma vez que é o mais correntemente utilizado.

Vamos utilizar as NUTS II e as NUTS III, a nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos.

Por vezes, não correspondem às direcções regionais do Estado. Nem coincidem com as regiões portuguesas, porque estas ainda não existem.

Mas as NUTS transportam muita riqueza, ao nível da informação.

Quer o Eurostat, quer o INE, nelas se respaldam!

A evolução do indicador em análise permite retirar as seguintes conclusões. Portugal como um todo perdeu em relação à média da UE (ver QUADRO 1).

Em 2000, significava 83,4% da média da União Europeia. Dezanove anos mais tarde, recuava para 78,8%.

• A Área Metropolitana de Lisboa, em 2000, registava um valor 20% acima da média europeia.

Dezanove anos mais tarde, o PIB *per capita* da Região caía significativamente face à média europeia (102%).

• Em 2000, todas as outras regiões portuguesas ficavam muito aquém da Área Metropolitana de Lisboa: Algarve (86,3%), Alentejo (77,4%), Região Autónoma da Madeira (74,6%), Centro (70,8%), Norte (67%), Região Autónoma dos

Açores (66,7%).

Em 2019, o Algarve mantinha a liderança do grupo (88%). O Alentejo perdia a segunda posição (72,2%), trocando com a Região Autónoma da Madeira (75,8%), passando para terceiro.

O Centro (68,5%) perdia a quarta posição trocando com a R. A. Açores (69%).

O Norte (67,3%) que ocupava a penúltima posição, passava para último deste grupo.

- Analisando separadamente os anos anteriores à crise de 2008 e os anos associados à retoma subsequente, a partir de 2012, percebe-se que a quebra na Área Metropolitana de Lisboa aconteceu sobretudo nesta segunda fase. Já as regiões pior posicionadas (Centro e Norte) crescem mais acentuadamente neste período.
- Os crescimentos registados neste período para o Norte, Algarve, Madeira e Açores foram moderados. Diferenciam-se os dois primeiros entre si, pela sua maior intensidade no pós-2012. Tal resulta de razões associadas às exportações na retoma e ao "*boom*" turístico, respectivamente.
- Já para ambas as Regiões Autónomas, percepcionamos esse crescimento antes de 2008.

Certamente, como consequência do aproveitamento dos fundos estruturais europeus de que beneficiavam.

- Por último, refira-se que nestes vinte anos, vamos assistir a três quebras:

- A da Área Metropolitana de Lisboa (atrás referida);
- A quebra significativa do Alentejo, que passa de 77,4% para 72,2%;
- A redução pouco acentuada que o Centro vai sofrer (ao passar de 70,8% para 68,5%);

Quadro 1 - PIB *per capita* por NUTS II (2000-2019) (UE=100; 2000, 2008, 2012, 2019)

	2000	2008	2012	2019
PORTUGAL	83,4	80,6	75,0	78,8
Norte	67,0	64,6	61,6	67,3
Centro	70,8	67,0	64,1	68,5
Área Metropolitana de Lisboa	120,4	115,4	103,8	102,1
Alentejo	77,4	73,0	68,3	72,2
Algarve	86,3	86,1	75,4	88,0
Região Autónoma dos Açores	66,7	72,0	67,6	69,0
Região Autónoma da Madeira	74,7	80,3	72,2	75,8

Fonte: Cálculos próprios a partir do INE.

- Entrando numa análise mais detalhada ao nível das NUTS III, uma primeira conclusão pode retirar-se (ver QUADRO 2):
- A Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo Litoral e o Algarve são as

regiões (e sub-região) mais ricas do Continente;

(Também o são como regiões portuguesas mais ricas, embora o quadro só compare a nível do Continente);

- As duas sub-regiões mais pobres do País estão na Região Norte (Alto Tâmega e Tâmega e Sousa);
- O Douro é a quarta sub-região pior classificada em termos continentais (cedendo apenas a antepenúltima posição às Beiras e à Serra da Estrela);
- A Terra de Trás-os-Montes ocupa a sexta pior posição (sendo ultrapassada por Viseu Dão Lafões);

Todas estas sub-regiões dão testemunho de evoluções positivas ao longo do período em análise.

Quadro 2 - PIB *per capita* (NUTS III, (UE=100; 2000, 2008, 2012, 2019)

	2000	2008	2012	2019
Área Metrop. Lisboa	120,4	115,4	103,8	102,1
Alentejo Litoral	99,2	105,2	93	96,1
Algarve	86,3	86,1	75,4	88,0
CONTINENTE	83,8	80,8	75,2	79,0
Região de Aveiro	82,5	74,5	70,5	77,8
Região de Leiria	82,0	78,4	73,1	77,5
Baixo Alentejo	61,6	67,9	72,5	75,9
Área Metrop. Porto	81,5	76,1	70,1	75,6
Região de Coimbra	73,6	71,3	68,4	73,1
Alentejo Central	84,0	70,0	65,4	71,5
Beira-Baixa	66,0	66,1	72,4	70,0
Cávado	60,8	61,4	58,8	66,3
Lezíria do Tejo	79,80	72,0	64,4	66,3
Ave	63,90	57,4	58	66,1
Oeste	71,5	65,0	59,7	64,4
Médio-Tejo	71,3	64,9	62,2	63,6
Alto Alentejo	63,6	58,7	55,2	61,5
Alto-Minho	54,4	54,0	55,5	61,4
Terras de Trás-os-Montes	53,0	58,8	56	60,4
Viseu Dão Lafões	59,1	59,3	57,1	59,3
Douro	47,5	51,1	52,8	57,3
Beiras e Serra da Estrela	49,3	48,2	47,7	54,4
Alto-Tãmega	43,7	49,5	48,8	50,0
Tâmega e Sousa	44,7	45,7	45,1	48,1

Fonte: Cálculos próprios a partir do INE.

- A Área Metropolitana do Porto é a sub-região com o indicador mais alto da Região Norte (tendo caído de forma significativa no período em análise, vindo a recuperar fortemente no período pós-crise);
- O Cávado e o Ave são as sub-regiões mais ricas do Norte, embora a alguma distância da Área Metropolitana do Porto. Situam-se a meio da tabela;
- As regiões de Aveiro, Leiria e Coimbra são as áreas de maior polarização no Centro (os seus PIB regionais acompanham a evolução do PIB na Área Metropolitana do Porto);
- Baixo-Alentejo é a 6ª sub-região classificada no ranking nacional. Distingue-se das sub-regiões vizinhas pelo crescimento robusto evidenciado ao longo de todo o período.

Tem uma explicação: o Alqueva!

O Estado-Novo fez obras hidráulico-agrícolas no perímetro do Rio Mira. E Odemira passou a ser capital das estufas atraindo migrantes e crescendo a sua população nos últimos Censos.

O Regime Democrático completou as obras do Alqueva.

A intensificação do Olival na zona do Alqueva permitiu ganhos no valor da terra e nas remunerações do factor trabalho. O objectivo era criar uma classe de agricultores modernos (terras mais produtivas, com novas culturas e mais rentáveis). O que tem acontecido é que muitas propriedades estão a ser geridas por empresas espanholas, com acesso a mercados externos e tecnologia moderna.

2.1. A questão populacional enquanto limitação significativa

O PIB per capita é um quociente, onde o numerador é a dimensão "crescimento" e o denominador o "número de pessoas" que o determinam e que dele beneficiam. Assim, é importante que se estudem as dinâmicas demográficas expansivas e depressivas em certas zonas de Portugal.

Estas dinâmicas produzem consequências, no processo de desenvolvimento económico-social em várias sub-regiões. É esta análise que agora se realiza com base no estudo por NUTS II e NUTS III.

Lendo o QUADRO 3, estamos em condições de analisar a evolução da população portuguesa por NUTs II no período recente, no intervalo temporal de 2011-2021.

No QUADRO 3, a análise das últimas três décadas (1991-2021) é clara ao revelar que quase 84% do crescimento populacional do País se verifica na Área Metropolitana de Lisboa.

Quadro 3 - Evolução da população portuguesa por NUTS II, em milhares (1991-2021)

					Variação (Nº)	Variação (Nº)
	1991	**2001**	**2011**	**2021**	**1991-2021**	**2011-2021**
PORTUGAL	9 950,0	10 394,7	10 562,1	10 347,8	397,8	-214,3
Norte	3 510,5	3 696,3	3 689,6	3 588,7	78,2	-100,9
Centro	2 274,2	2 351,7	2 327,7	2 227,9	-46,3	-99,8
Área Metropolitana de Lisboa	2 539,5	2 678,7	2 821,8	2 871,1	331,6	49,3
Alentejo	785,6	776,5	757,3	704,9	-80,7	-52,4
Algarve	346,6	400,9	451,0	467,4	120,8	16,4
Região Autónoma dos Açores	240,0	242,5	246,7	236,6	-3,4	-10,1
Região Autónoma da Madeira	253,6	248,0	267,7	251,0	-2,6	-16,7

Fonte: Cálculos próprios a partir do INE.

Também se percebem evoluções positivas com significado no Algarve e no Norte (ganhos de 121 mil e 78 mil pessoas respectivamente), contra uma forte quebra no Alentejo (perda de 81 mil pessoas, com cerca de 65% a ocorrer no período dos últimos censos, coincidindo com os anos pós-crise) e uma redução importante no Centro (contracção de 46 mil pessoas).

Contudo, uma análise mais cuidada dos últimos dez anos (e utilizando os valores recolhidos nos Censos de 2021) permite destacar a importância da quebra populacional registada (214 mil pessoas, uma contracção de 2% face a 2011).

Todas as Regiões perdem população com excepção da Área Metropolitana de Lisboa (que ganha 49 mil pessoas) e o Algarve (que cresce mais de 16 mil pessoas).

As Regiões Norte, Centro e Alentejo registam reduções pesadas (contracção de 101 mil, 100 mil e 52 mil pessoas, respectivamente).

No QUADRO 3, analisámos a evolução da população portuguesa por NUTS II no período recente, no intervalo temporal de 2011-2021.

Importa agora realizar idêntica análise por NUTS III (ver QUADRO 4).

Desçamos a um maior nível de desagregação da informação.

Entrando numa análise mais detalhada a nível das Regiões, pode afirmar-se que a Região Norte decresce neste período, perdendo 101 mil pessoas, significando uma variação negativa de -2,7%.

Todas as sub-regiões perdem população. Três perdem pouco. As restantes cinco perdem muito.

As sub-regiões Área Metropolitana do Porto (-1,2%), Cávado (-1,5%), Ave (-1,6%) registam taxas muito inferiores à da Região Norte.

Pelo contrário, as sub-regiões Alto Tâmega (-10,4%), Douro (-10,2%), Terras de Trás-os-Montes (-8,6%), Tâmega e Sousa (-5,5%), Alto Minho (-5,4%), apresentam taxas muito elevadas face aos valores da Região Norte.

- A Região Centro perde 100 mil pessoas, significando uma taxa de decrescimento de -4,2%.

Só a sub-região do Oeste consegue crescer! Apresenta um ganho líquido de mil pessoas, traduzindo uma taxa de crescimento de 0,3%. Todas as outras sete sub-regiões perdem população.

As sub-regiões de Aveiro (-0,8%) e de Leiria (-2,6%) perdem pouco e conseguem uma taxa de redução inferior à da Região Centro.

Todas as outras sub-regiões perdem muito. Fica claro que existem dois grupos. Um primeiro grupo que perde muito pouco, um segundo grupo que perde muitíssimo.

O primeiro grupo apresenta taxas de decrescimento perto dos 5%. São eles a sub-região de Coimbra (-5%) e Viseu Dão Lafões (-5,4%).

O segundo grupo regista taxas negativas de crescimento muito mais elevadas: Médio Tejo (-7,5%), Beira-Baixa (-9,3%) e Beiras e Serra da Estrela (-10,7%).

- A Área Metropolitana de Lisboa, como atrás foi referido, obteve um ganho líquido de 49 mil pessoas, significando um crescimento de 1,7%.
- O Alentejo apresenta a pior taxa de decrescimento, quando comparada com as outras Regiões do Continente. O seu valor é -7%.

Em matéria de grupos das sub-regiões, mantém-se o perfil já identificado para outras regiões. As várias sub-regiões da Região Alentejo arrumam-se em dois grupos: as que decrescem pouco e as que decrescem muito.

O primeiro conjunto é constituído pelo Alentejo Litoral (-1,5%) e Lezíria do Tejo (-4,5%).

O segundo grupo é formado pelo Alentejo Central (-8,5%), Baixo Alentejo (-9,3%), Alto Alentejo (-11,4%).

- Por último, refira-se que o Algarve (NUTII / NUTIII), regista a taxa de crescimento mais elevado, conseguindo um ganho líquido de 16 mil pessoas.
- A distribuição percentual das maiores perdas também se mostra muito clara, através da localização interior da sequência observada – acima de 5% e por ordem decrescente: Alto Alentejo (-11,4%), Beiras e Serra da Estrela (-10,7%), Alto Tâmega (-10,4%) e Douro (-10,2%), Beira-Baixa (-9,3%), Baixo Alentejo (-9,3%), Terras de Trás-os-Montes (-8,6%), Alentejo Central (-8,5%), Médio-Tejo (-7,5%), Tâmega e Sousa (-5,5%), Alto Minho (-5,4%) e sub-região de Coimbra (-5%).

Saliente-se ainda, abaixo do limiar de 5% e com crescimento negativo, por ordem crescente, surgem a sub-região de Aveiro (-0,8%), a Área Metropolitana do Porto (-1,2%), O Alentejo Litoral (-1,5%), o Cávado (-1,5%), o Ave (-1,6%) e a sub-região de Leiria (-2,6%).

Quadro 4 - Evolução da população portuguesa por NUTS III, em milhares (2011-2021)

	2011	2021	Variação (Nº)	Variação (%)
CONTINENTE	10 047,6	9 860,1	-187,5	-1,9
NORTE	3 689,6	3 588,7	-100,9	-2,7
Alto Minho	244,8	231,4	-13,4	-5,4
Cávado	410,1	416,6	6,5	-1,5
Ave	425,4	418,5	-6,9	-1,6
ÁREA METROP. PORTO	1 759,5	1 737,3	-22,2	-1,2
Alto Tâmega	94,1	84,3	-9,8	-10,4
Tâmega e Sousa	432,9	408,8	-24,1	-5,5
Douro	205,1	184,0	-21,1	-10,2
Terras de Trás-os-Montes	117,5	107,3	-10,2	-8,6
CENTRO	2 327,7	2 227,9	-99,8	-4,2
Oeste	362,5	363,5	1	+0,3
Região de Aveiro	370,3	367,4	-2,9	-0,8
Região de Coimbra	460,1	436,9	-23,2	-5,0
Região de Leiria	294,6	286,8	-7,8	-2,6
Viseu Dão Lafões	267,6	252,9	-14,7	-5,4
Beira-Baixa	89,0	80,7	-8,3	-9,3
Médio-Tejo	247,3	228,7	-18,6	-7,5
Beiras e Serra da Estrela	236,0	210,6	-25,4	-10,7
ÁREA METROP. LISBOA	2 821,8	2 871,1	49,3	+1,7
ALENTEJO	757,3	704,9	-52,4	-7,0
Alentejo Litoral	97,9	96,4	-1,5	-1,5
Baixo Alentejo	126,6	114,8	-11,8	-9,3
Lezíria do Tejo	247,4	236,1	-11,3	-4,5
Alto Alentejo	118,5	104,9	-13,6	-11,4
Alentejo Central	166,7	152,4	-14,3	-8,5
ALGARVE	451,0	467,4	16,4	+3,5

Fonte: Cálculos próprios a partir do INE.

2.2 Um interior ainda mais envelhecido

Vejamos alguns números mais impressivos no plano demográfico.

São retirados de dois indicadores que testemunham o envelhecimento da população portuguesa: o Índice de Dependência dos Idosos (IDI) e o Índice de Envelhecimento (IE).

O Índice de Dependência dos Idosos é o número de idosos por cada 100 pessoas em idade activa. No ano de 1961, Portugal apresentava um IDI de 12,7%. A partir desse ano, assiste-se a um aumento progressivo, atingindo em 2020 o valor de 35%.

A nível das Regiões (ver QUADRO 5), os Açores e a Madeira apresentam os valores mais baixos. Seguem-se o Norte, o Algarve, a Área Metropolitana de Lisboa. Por fim, o Centro e o Alentejo.

Quadro 5 - Índice de dependência de idosos

	2020
PORTUGAL	35,0
Norte	32,3
Centro	38,8
Área Metropolitana de Lisboa	36,0
Alentejo	41,4
Algarve	35,2
Região Autónoma dos Açores	21,9
Região Autónoma da Madeira	24,9

Fonte: Cálculos próprios a partir do INE.

Fazendo a análise ao nível das sub-regiões (ver QUADRO 6), percebe-se que a média do indicador no Continente (coincide com o valor é 35,6%). As sub--regiões Tâmega e Sousa, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, o Oeste e o Algarve registam valores inferiores ao do Continente. Todas as outras sub--regiões apresentam valores mais elevados. O Alto Alentejo, Beiras e Serra da Estrela, Beira-Baixa, Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega são as sub-regiões onde o Índice de Dependência dos Idosos é o mais elevado.

Por último, anote-se que os valores mais elevados se localizam sempre no Interior.

QUADRO 6 - Índice de dependência de idosos
(sub-regiões, do **menor** para o **maior)**

	2020
Tâmega e Sousa	25,6
Cávado	27,0
Ave	28,4
Área Metropolitana do Porto	32,6
Região de Aveiro	33,7
Oeste	33,8
Algarve	35,2
CONTINENTE	35,6
Região de Leiria	35,9
Área Metropolitana de Lisboa	36,0

	2020
Lezíria do Tejo	38,8
Douro	39,9
Viseu Dão Lafões	40,2
Alto-Minho	40,3
Baixo Alentejo	40,4
Médio-Tejo	40,9
Região de Coimbra	41,3
Alentejo Central	42,7
Alentejo Litoral	43,8
Alto Alentejo	44,8
Beiras e Serra da Estrela	48,0
Beira-Baixa	49,8
Terras de Trás-os-Montes	50,9
Alto-Tâmega	51,5

Fonte: Cálculos próprios a partir do INE.

O Índice de Envelhecimento é a relação entre a população idosa e a população jovem. No ano de 2020, Portugal registava o valor de 167. A nível das Regiões (ver QUADRO 7), os Açores e a Madeira apresentam os valores mais baixos. Seguem-se a Área Metropolitana de Lisboa, o Algarve, o Norte, Centro e Alentejo.

Quadro 7

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	
	2020
PORTUGAL	167,0
Norte	171,8
Centro	206,8
Área Metropolitana de Lisboa	141,2
Alentejo	208,9
Algarve	149,2
Região Autónoma dos Açores	101,4
Região Autónoma da Madeira	136,4

Fonte: Cálculos próprios a partir do INE.

Fazendo a análise, a nível das 23 sub-regiões, pode-se afirmar que a média do Indicador é 169,6 (valor do Continente). As sub-regiões do Cávado, Tâmega e Sousa, Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Ave, Área Metropolitana do

Porto, Oeste, apresentam valores inferiores ao do Continente. Todas as outras sub-regiões apresentam valores mais elevados.

O Alto-Minho, o Alto Alentejo, o Douro, a Beira-Baixa, as Beiras e Serra da Estrela, as Terras de Trás-os-Montes e o Alto Tâmega são as sub-regiões onde o Índice de Envelhecimento é mais elevado. Também se confirma a mesma observação atrás referida, os valores mais elevados a localizaram-se sempre no Interior!

Quadro 8 - Índice de envelhecimento
(sub-regiões, do **menor** para o **maior**)

	2020
Cávado	139,4
Tâmega e Sousa	140,4
Área Metropolitana de Lisboa	141,2
Algarve	149,2
Ave	157,1
Área Metropolitana do Porto	164,5
Oeste	166,6
CONTINENTE	169,6
Região de Aveiro	173,2
Região de Leiria	185,8
Lezíria do Tejo	193,3
Baixo Alentejo	194,0
Alentejo Central	217,6
Região de Coimbra	220,1
Alentejo Litoral	221,5
Viseu Dão Lafões	221,6
Médio-Tejo	228,7
Alto-Minho	231,5
Alto Alentejo	242,4
Douro	248,8
Beira-Baixa	290,0
Beiras e Serra da Estrela	295,7
Terras de Trás-os-Montes	310,4
Alto-Tâmega	338,4

Fonte: Cálculos próprios a partir do INE.

2.3. Tendências para o despovoamento

De acordo com *Foss e Juvkam*, o conceito de despovoamento está longe de estar totalmente clarificado. É muito utilizado como sinónimo de declínio populacional de um território.

Estes autores defendem que o despovoamento deve ser interpretado como um processo de desenvolvimento dentro das dinâmicas demográficas e com consequências socioeconómicas e territoriais.

A figura 2 integra um diagnóstico prospectivo "Os Territórios do Interior" elaborado pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior (U.M.V.I.).

As tendências para o Despovoamento estão arrumadas em quatro grupos.

- Um primeiro grupo "Não Despovoamento";
- Um segundo grupo "Possível Despovoamento";
- Um terceiro grupo, "Despovoamento";
- Um quarto grupo, "Forte Despovoamento".

Neste último grupo incluímos duas dimensões: Forte Despovoamento e Muito Forte Despovoamento.

Citando o relatório da U.M.V.I., pode-se afirmar que "são 39, os concelhos que enfrentam problemas de muito forte despovoamento, todos eles incluídos no limite dos territórios do Interior e 65 classificados como uma tendência de forte despovoamento. Nos últimos, apenas 2 não estão no Interior (Porto e Anadia)".

Os resultados apurados no Censos 2021 apontam para sermos menos e vivermos mais no litoral. O despovoamento do interior acentua-se.

De facto, registou-se uma queda geral da população no interior.

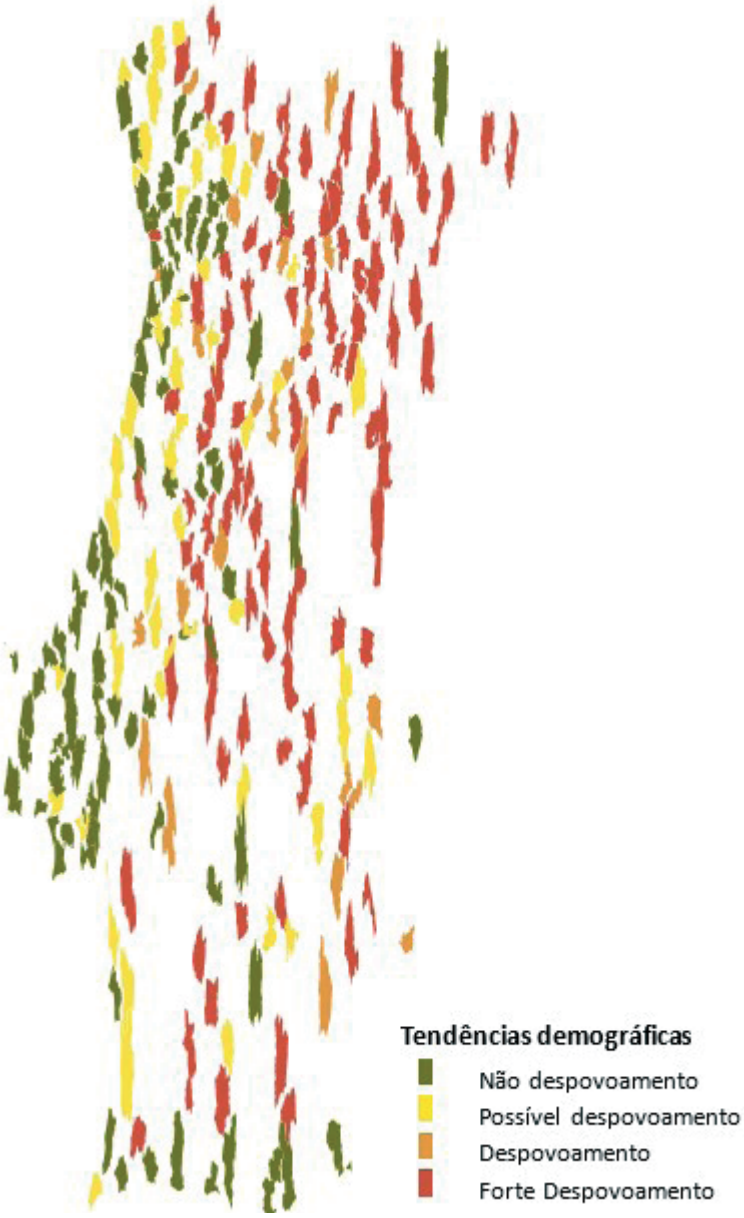
E essa quebra é ainda maior em municípios que não são capitais de distrito.

Nos municípios capitais de distrito, verificam-se três grupos.

Portalegre é o pior concelho capital de distrito. É o que perde mais, em termos percentuais. As excepções são Bragança e Viseu, que perdem pouco ou tendem para a população estabilizar.

Um terceiro grupo são Évora, Castelo Branco, Beja, Guarda e Vila Real. Têm perdas significativas.

Figura 2: Tendências demográficas.



Fonte: Unidade de Missão para a Valorização do Interior (U.M.V.I.)

Nos restantes concelhos à volta destes municípios capitais de distrito, a quebra populacional ainda é mais acentuada. Esta tendência tenderá a manter-se e a agravar-se, pois aí vivem populações envelhecidas.

3. Balanço

Aqui chegados, importa que se faça um primeiro balanço.

A evolução da economia e da sociedade portuguesa nas últimas cinco décadas foi globalmente positiva.

Contudo, não se conseguiu evitar o êxodo das pessoas para os grandes centros urbanos e o progressivo envelhecimento da população rural.

No interior, temos duas realidades diferenciadas: a realidade urbana e a realidade rural.

Da realidade urbana já nos ocupámos na secção anterior, quando referimos que os municípios capitais de distrito resistiam e que os restantes concelhos registavam quebras demográficas assinaláveis.

Mas há também uma outra fotografia. As cidades universitárias e politécnicas do Interior conseguem fixar população, alunos e não só, que depois de graduados encontram empregos na região.

Estas cidades têm desenvolvido projectos com as industrias locais.

Por último, o facto destas cidades estarem dotadas de bons parques industriais, têm conseguido atrair novos projectos de indústria, novas empresas.

Disso são exemplo Bragança e a multinacional francesa , a Faurecia.

Disso são exemplo Évora e a multinacional brasileira, a Embraer na aviação.

Importa não abandonar o Interior.

O Interior está a despovoar-se. Está a desertificar-se.

A demografia é-nos adversa! Não ajuda. Pelo contrário, opõe-se. É a chave da solução.

Mas o Interior não tem de ser um território abandonado. Não podemos desistir do Interior!

A maioria das cidades e vilas do Interior estão dotadas de todas as infra-estruturas e serviços para uma boa qualidade de vida. O que falta é o emprego, que é o factor crítico para fixar famílias.

Mas aí estão os Fundos Estruturais que têm de ser geridos, desenhando políticas que possam inverter este cenário.

A realidade rural é diferente. É mais difícil.

Como consequência do abandono dos campos e do envelhecimento da população rural, abandonaram-se os territórios do interior e as actividades tradicionais do sector primário.

Sobrou o uso florestal, espontâneo e não gerido, com elevada concentração de cargas de combustível e perigo potencial de incêndio rural.

Daí a tragédia do Verão de 2017, com perdas de vidas humanas e enormes prejuízos em equipamentos e bens a que se somam destruição da floresta, promovendo ainda mais, o abandono destes territórios rurais do Interior.

O Interior rural com a sua floresta é um problema.

Mas pode também ser uma oportunidade histórica!

A floresta é uma fonte de riqueza para o setor silvícola.

Mas a floresta é o nosso principal baluarte no combate às alterações climáticas!

O objectivo da neutralidade carbónica só será conseguido se, para além de reduzirmos as emissões de gases com efeitos de estufa, também aumentarmos o sequestro de carbono.

E o sequestro só acontecerá com floresta!

4. A floresta portuguesa

Em Portugal, a floresta ocupava 3.154.800 hectares, o que correspondia a mais de um terço do total do território nacional.[8]

Nos últimos cem anos, de um território quase desarborizado, passámos ao predomínio da floresta.

A área arborizada cresceu, fruto do abandono da agricultura e da industrialização acompanhada da reflorestação.

4.1. Os regimes de propriedade

Os números por categoria de regime de propriedade não são totalmente exactos:

- A propriedade pública representa cerca de 2% da área florestal nacional estimada em 66 mil hectares: é uma das áreas florestais públicas mais baixas da União Europeia, onde o valor médio na Europa é de 58,65% (área florestal sob propriedade e gestão pública);
- A propriedade comunitária representa cerca de 14% da área florestada em Portugal (aproximadamente 460 mil hectares dum total nacional avaliado em 500 mil hectares em baldios);
- A propriedade privada divide-se entre a industrial, cerca de 200 mil hectares (significando 6% da área florestada nacional) e a restante, na propriedade de famílias e de empresas familiares, atingindo um valor próximo de 2.430 mil hectares, que corresponde a cerca de 78% da área florestal de Portugal.

4.2. A dimensão da propriedade

Mais de 85% dos prédios rústicos em Portugal têm menos de 5 hectares.

No Norte e no Centro predominam os proprietários de áreas pequenas (1 a 5 hectares) e muito pequenas (menos de 1 hectare), nos quais estão plantados sobretudo pinheiros e eucaliptos.

Do ponto de vista do investimento, a propriedade rústica tem dimensões que inviabilizam empreendimentos dessa natureza[9], com áreas demasiado diminutas (em média 0,57 hectares) em 14 dos 18 distritos do Continente.

8 De acordo com o 6º Inventário Florestal Nacional AFN

9 Bringe, P. (2017), "Ordenamento Florestal ou Ordenamento Territorial" in Economia da Floresta e Ordenamento do Território. Conselho Económico e Social

São vários milhões de proprietários.

Nos outros quatro distritos, a área média é de 10,85 hectares.

Esta dimensão mínima é penalizada pelo sistema de propriedade "indivisa", que reparte as propriedades por vários co-proprietários.

A maior parte das propriedades florestais no Sul do País correspondem à "empresa-floresta" que engloba 15% dos proprietários e 40% da área florestal[10].

4.3. A propriedade florestal condiciona a gestão

Uma mata ordenada tem de ter uma dimensão mínima.

Daí a reforma florestal de 2003. Insistia-se na importância do associativismo, em particular, das Organizações de Produtores Florestais (OPF).

Estava pensada a constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), cada uma com o seu Plano de Gestão Florestal (PGF), um Plano Específico de Intervenção Florestal (PEIF) e uma entidade gestora.

Queria-se um associativismo florestal eficaz, agrupando as explorações, desencorajando a pequenêz, potenciando a dimensão e a profissionalização do Ordenamento Florestal.

O balanço das duas últimas décadas vai no sentido dos problemas ainda não terem sido ultrapassados.

Enquanto os proprietários florestais não participarem na Gestão Florestal e não auferirem rendimentos regulares daí decorrentes, não se mobilizarão na resolução dos problemas do ordenamento florestal[11].

4.4. As terras abandonadas e o cadastro da propriedade rústica

Estima-se que a área do território nacional abandonada e de dono desconhecido seja superior a 2 milhões de hectares (20% do território)[12].

É na zona de minifundio do Centro e Norte e no Algarve que se encontra a maioria da área abandonada.

É urgente concluir e actualizar o cadastro da propriedade rústica.

De outra forma, não há informação que possa fundamentar as políticas adequadas para reverter a situação acima descrita.

4.5. Os atores económicos

A Sul, os territórios florestais estão orientados para os montados, com sobreiros e azinheiras, base de uma fileira industrial dominada na sua maioria pela Corticeira Amorim.

10 Baptista, F. E Santos, R. T. (2005). Os proprietários Florestais, Oeiras, Portugal, Celta Editora.

11 Pereira, J. S. (2014), O Futuro da Floresta em Portugal, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

12 Beires, R., Amaral, J. e Ribeiro, P. (2013). O cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

No Norte e no Centro, a produção florestal está direccionada na sua maioria para a produção lenhosa, com destaque para a rolaria de eucalipto para trituração, destinada ao abastecimento da indústria da celulose, dominada pelo grupo The Navigator Company (ex-Portucel Soporcel), pelo grupo Altri (Caima, Celtejo, Celbi e Altriflorestal) e pela Europac & Kraft.

Na base do comércio e transformação de produtos florestais estão milhões de proprietários, milhões de pequenas explorações e muitas terras abandonadas.

No topo concentram-se os vários grupos industriais.

4.6. O sequestro do carbono

As alterações climáticas são o resultado da evolução da nossa civilização.

Nos últimos duzentos anos, como consequência da primeira revolução industrial, verificou-se o rápido aumento na concentração dos gases com efeito de estufa, como o dióxido de carbono, que promoveram o aquecimento global e como corolário, as alterações climáticas.

A assimilação fotossintética do carbono pelas plantas retira da atmosfera, grandes quantidades de CO2, evitando que este gás participe no efeito de estufa.

Qual é o valor do sequestro na floresta?

Estudos internacionais fixam o sequestro de carbono em 2 toneladas por hectare por ano.

Em Portugal, o sequestro anual de carbono é similar.

Os montados de sobro e azinho sequestraram 1 a 3 toneladas de carbono por hectare[13].

Plantações de árvore de crescimento rápido podem efetuar um sequestro anual próximo de quase 9 toneladas de carbono por hectare.

As florestas portuguesas têm sido sumidouros líquidos de carbono, contribuindo para compensar as emissões de CO2. Em 2010, de acordo com a Agência Portuguesa para o Ambiente, esta compensação foi de 14% das emissões totais registadas nesse ano.

4.7. O programa de transformação da paisagem

O Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros 49/2020 aprovou o Programa de Transformação da Paisagem.

É um instrumento para garantir investimento público e privado para territórios de floresta com elevada perigosidade de incêndio.

Pretende-se enfrentar as alterações climáticas garantindo uma transição justa.

Estão previstas "medidas promovendo a diversificação e valorização da paisagem, a diminuição da carga de combustível, o aumento da área florestal gerida, a reconversão da área existente para espécies mais adaptadas ao território, o sequestro do carbono".

13 Pereira, J. S. (2014), O Futuro da Floresta em Portugal, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

São quatro as medidas programáticas de intervenção: programas de reordenamento e gestão da paisagem, áreas integradas de gestão da paisagem, condomínio da aldeia, programa "emparcelar para ordenar".

O envelope financeiro virá da PAC e do Plano de Recuperação e Resiliência.

De facto, o PRR aprovou 270 milhões de euros para a transformação da paisagem dos territórios de floresta vulnerável e 96 milhões de euros para o cadastro do território.

O que se quer é pagar para plantar e gerir (não tem sentido, pagar para só plantar!).

Os apoios dados para a reflorestação de árvores autóctones serão feitos na perspectiva de se fixarem contratos de longa duração para remunerar os serviços do ecossistema,a água, o ar, o sequestro do carbono, a biodiversidade.

O que se procura, é construir uma paisagem-mosaico que contrarie, definitivamente, os grandes incêndios.

5. Notas finais

- O Interior está velho e despovoado;

A floresta desde que instalada em local adequado e gerida de forma sustentável, pode ser a única alternativa que muitas regiões do interior encontram;

- A floresta protege e conserva o solo (ela própria fabrica esse solo!);

A floresta preserva a biodiversidade, sequestra CO2, disciplina o regime hídrico.

A floresta produz bom ar, preserva a água.

Tudo isto são serviços dos ecossistemas, que devem ser remunerados pela sociedade.

Remuneração que seria um complemento dos proprietários florestais.

Certamente que a percentagem de terrenos abandonados seria bem menor!

- As alterações climáticas estão na ordem do dia.

"Em suma, o País aquecerá 2ºC em média.

As ondas de calor passarão de uma por ano para cinco por ano.

Haverá redução da precipitação de 10-15%, com fenómenos de precipitação extrema mais frequentes na maior parte do território. Isto é, as condições para a ocorrência de incêndios florestais estarão presentes quase sempre."[14]

- A floresta do futuro tem de estar adaptada às condições atuais, mas também ao clima do futuro.

Tem de ser biodiversa, apostando numa gestão florestal mais eficiente na promoção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, no elevado sequestro de carbono, na diversificação da paisagem e na criação de mosaicos, por oposição à floresta contínua.

- Recentemente a Fundação Gulbenkian e a Efanor anunciaram que vão investir 31 milhões de euros em floresta, correspondendo a 15 mil hectares que

14 Camargo, J. e Castro, P.P. (2018), Portugal em Chamas. Como Resgatar as Florestas. Bertrand Editora.

serão arborizados nas zonas Norte e Centro do País ao longo dos próximos anos.

Será Floresta biodiversa, baseada na diversificação e na combinação de espécies – com maior predominância do pinheiro-bravo, do sobreiro, incluindo carvalho e medronheiro num total de 12 espécies seleccionadas, com implementação de faixas de gestão de combustível em sítios estratégicos e a aposta na vigilância regular.

- Pretende-se criar um modelo de floresta para o Norte e o Centro, baseado numa forte taxa de sequestro de carbono, elevada biodiversidade, floresta produtiva, com maior resiliência a incêndios e maior contributo local.
- Destaque-se que a Fundação Gulbenkian declarou que está a recompor a carteira de investimentos, na sequência do desinvestimento em combustíveis fósseis em 2019 e que pretende ter retorno financeiro, económico, social e ambiental.
- Por último, Portugal não precisa de aumentar a sua área florestal. O que precisa é de Gestão Florestal!

Por outras palavras, o que o País precisa, é de aumentar a área florestal gerida.

Bibliografia

BAPTISTA, F.; SANTOS, R. T. (2005). *"Os proprietários Florestais"*, Celta Editora.

BEIRES, R.; AMARAL, J.; RIBEIRO, P. (2013). *"O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal",* Fundação Francisco Manuel dos Santos.

BRINGE, P. (2017), *"Ordenamento Florestal ou Ordenamento Territorial" in* Economia da Floresta e Ordenamento do Território. Conselho Económico e Social.

CADILHE, M. (2018), *"As Razões do Interior e o Regime Contratual do Investimento" in* Cadernos de Economia Out/Dez 2018 *"O Interior Resiste"*.

CAMARGO, J.; CASTRO, P. P. (2018), *"Portugal em Chamas. Como Resgatar as Florestas"*. Bertrand Editora.

CONFRARIA, J. (2021), "Em 18 anos, Lisboa empobreceu e o Algarve, o Norte e o Centro enriqueceram", entrevista ao Jornal Público (06/11/2021).

FOSS, O.; JUVKAM, D. (2005), *"Patterns of demographic ageing and related aspects in the Nordic Peripheries"*, Nordregio Report 2005:2, Stockholm.

Instituto Nacional de Estatística.

PEREIRA, J. S. (2014), *"O Futuro da Floresta em Portugal"*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Programa de Transformação de Paisagem, Resolução do Conselho de Ministros n.º49/2020.

"Recuperar Portugal, Construindo o Futuro. PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)";

SANTOS, F. D. (2021), *"Alterações Climáticas"*, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

SILVA, F. G. (2015) *"O Sector Agroalimentar e Florestal: Uma Agenda para o Desenvolvimento em Portugal" in* Reforma do Estado, CIDSENIOR – Movimento para a Cidadania Sénior.

SOUSA, F. F., COSTA, G.; MOREIRA, R. (2021), *"Balada da Média Virtude"*, Ideias de Ler, Porto Editora.